Malta Energias Renováveis Ltda.

CNPJ nº 23.866.219/0001-73

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço patrimonial	2018	2017
Ativo/Circulante	**17.177**	**1.162**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	14.863	686
Clientes (Nota 8)	2.163	–
Impostos a recuperar	9	–
Adiantamentos a fornecedores	72	9
Despesas antecipadas (Nota 11)	70	467
Não circulante	**143.090**	**20.741**
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2.190	–
Partes relacionadas (Nota 10)	1.035	–
Imobilizado (Nota 12)	139.777	20.657
Intangível	88	84
Total do ativo	**160.267**	**21.903**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Em 01/01/2017	**–**	**–**	**–**
Integralização do capital	22.794	–	22.794
Prejuízo do exercício	–	(1.155)	(1.155)
Em 31/12/2017	22.794	(1.155)	21.639
Integralização do capital (Nota 16)	22.424	22.424	
Prejuízo do exercício	–	(3.725)	(3.724)
Em 31/12/2018	**45.218**	**(4.880)**	**40.338**

Balanço patrimonial	2018	2017
Passivo Circulante	**46.822**	**159**
Empréstimos e financiamentos (Nota15)	346	–
Fornecedores (Nota 13)	43.563	88
Salários e encargos sociais	1	2
Obrigações tributárias (Nota 14)	212	53
Conta de ressarcimento - CCEE (Nota 9)	2.699	–
Outras obrigações	1	16
Não circulante	**73.107**	**105**
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	72.308	–
Partes relacionadas	–	105
Conta de ressarcimento - CCEE (Nota 9)	799	–
Total do passivo	**119.929**	**264**
Patrimônio líquido (Nota 16)	**40.338**	**21.639**
Capital social	45.218	22.794
Prejuízos acumulados	(4.880)	(1.155)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**160.267**	**21.903**

Demonstração do resultado	2018	2017
Operações continuadas: Receita líquida (Nota 17)	3.260	–
Custos dos serviços prestados (Nota 18)	(1.481)	–
Lucro bruto	1.779	–
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(5.607)	(1.154)
Prejuízo operacional	(3.828)	(1.154)
Receitas financeiras (Nota 20)	190	–
Despesas financeiras (Nota 20)	(1)	(1)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	189	(1)
Prejuízo antes do IR e CS	(3.639)	(1.155)
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 22)	(86)	–
Prejuízo do exercício	(3.725)	(1.155)
Prejuízo por milhares de quotas do capital social no fim do exercício - R$	(82,38)	(50,67)

Demonstração do resultado abrangente	2018	2017
Prejuízo do exercício	(3.725)	(1.155)
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	(3.725)	(1.155)

Demonstração dos fluxos de caixa	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do IR e da CS	(3.639)	(1.155)
Ajustes de: Juros e variações monetárias	3	5
Depreciação e amortizações (Nota 12)	1.090	1
Variações de ativos e passivos: Clientes	(2.163)	–
Impostos a recuperar	(9)	–
Adiantamento a fornecedores	(63)	(9)
Despesas antecipadas	397	(467)
Contas de ressarcimento - CCEE	3.498	88
Fornecedores	118	2
Salários e encargos sociais	(1)	53
Obrigações tributárias	159	–
Outras obrigações	(15)	16
Caixa aplicado nas operações	(625)	(1.466)
Juros pagos	(3)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(86)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(714)	(1.466)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	(2.190)	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 12)	(76.852)	(20.658)
Aquisições de bens do ativo intangível	(5)	84
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(79.047)	(20.742)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital (Nota 16)	22.424	22.794
Empréstimos com pessoas ligadas	(1.140)	100
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 15)	72.654	–
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento	93.938	22.894
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	14.177	686
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	686	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.863	686

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Malta Energia Renováveis Ltda. ("Empresa"), é uma sociedade empresária limitada, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18/12/15, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Empresa tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis Ltda. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Empresa possui junto à ANEEL através da portaria nº 31 de 1/03/16, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Malta	PB	Malta	27	6,7	1º/08/17	31/07/37

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 12/07/19. **a) Contrato de Energia de Reserva - CER:** A Empresa firmou, em 14/04/16, um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a CCEE. Pelo presente contrato, a Empresa se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º/08/17, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo IPCA. Em 31/12/18, a Empresa apresenta um capital circulante negativo de R$ 29.646. O efeito negativo na liquidez corrente é decorrente das obrigações junto a WEG Equipamentos Elétricos S.A. É esperado que o saldo remanescente seja totalmente liquidado no exercício de 2019 a partir da liberação da última parcela do financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, bem como da emissão do Certificado de Aceitação do Empreendimento, conforme descrito na Nota 12. Com o início das operações em setembro de 2018, a Administração espera, com base no plano de negócios aprovado pelos órgãos de governança, já a partir do próximo exercício, reverter os resultados negativos. As receitas contratuais, liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, fluirão de forma regular para a Empresa, garantindo fluxos de caixa futuros os quais serão alocados na manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 23. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1/01/2018: **(a) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** A Empresa adotou, a partir de 1º/01/2018, o CPC 48 e passou a classificar seus ativos financeiros sob as categorias de mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a administração não identificou impactos na mudança de perdas incorridas para perdas esperadas. Adicionalmente, a Empresa não possui títulos em atraso ou histórico de perdas, e possui apenas um cliente em sua carteira cujo risco de crédito é avaliado como baixo por se tratar de uma Câmara de Compensação de energia. **(b) CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes:** A Empresa adotou, a partir de 1º/01/2018, o CPC 47. A Administração avaliou o contrato de fornecimento existente e identificou que a Empresa não teve impactos na aplicação do CPC 47, uma vez que o reconhecimento da receita já ocorria em um determinado período, bem como, de acordo com as obrigações de performance significativas, identificadas em seus contratos (Nota 8). **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(i) Vida útil-econômica de ativos não financeiros:** Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. **(ii) Conta de Ressarcimento - CCEE:** A Conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Empresa entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A Empresa teve as suas atividades operacionais iniciadas no exercício de 2018, e desde então implementou a gestão de riscos com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira. Na estrutura de governança, o Diretor da Empresa, o Comitê administrativo e os Controladores acompanham a execução das operações e definem em conjunto as metas da Empresa. Segue o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir: **a. Riscos operacionais**: relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas: Plano de Ação: a operação do empreendimento já está contratada e no respectivo contrato constam as devidas coberturas para eventuais riscos operacionais, igualmente para fins ambientais. Além disto, internamente a Empresa mantém o gerenciamento diário da operação e manutenção da Usina Fotovoltaica Angico. **b. Riscos de mercado**: taxa de câmbio, inflação e taxas de juros: Plano de Ação: nesta fase de operação e manutenção do empreendimento, já estão contratados todos os prestadores de serviços e seguros necessários. **c. Risco de liquidez**: relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras. O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa, capital próprio já foi 100% aportado, e o financiamento do empreendimento junto ao banco já está em fase de liberação da última parcela de desembolso, valor suficiente para quitação de todas as obrigações. Além disto, a Empresa possui receita fixa mensal suficiente para o pagamento de todas as obrigações. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31/12/2018 e 2017:

2017	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores (Nota 13)	88	–	–	–	88
	–	–	–	–	–
2018					
Fornecedores (Nota 13)	43.563	–	–	–	43.563
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	346	2.343	4.017	65.948	72.654
	43.909	2.343	4.017	65.948	116.217

d. Risco regulatório: As atividades da Empresa, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Empresa. **4.3 Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Empresa é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Empresa. A Empresa controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a empresa pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31/12/18 e 17, não houve a emissão de notas promissórias bem como operações com derivativos. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/18:

	2018
Total dos empréstimos (Nota 15)	72.654
(–) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(14.863)
(–) Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	(2.190)
Dívida líquida (a)	55.601
Total do patrimônio líquido	40.338
Total do capital (b)	95.939
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	57,95 (%)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2018 Ativos ao custo amortizado	2017 Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	14.863	686
Títulos e valores mobiliários	2.190	–
Contas a receber	2.163	–
Partes relacionadas	1.035	–
	20.251	686

	2018 Passivos ao custo amortizado	2017 Outros passivos financeiros
Passivos		
Fornecedores	43.563	88
Empréstimos e financiamentos	72.654	–
Partes relacionadas	–	105
	116.217	193

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	8	2
Bancos Conta movimento (i)	14.482	684
Aplicações Financeiras (ii)	373	–
	14.863	686

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) As aplicações financeiras são referentes a Fundos de Investimento mantidos junto ao BNB e CONTA-MAX mantido junto ao Banco Santander, ambos indexados pela variação do CDI. Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Empresa. A taxa de remuneração da aplicação do Banco BNB de curto prazo em 2018 é de 98% do CDI. A taxa de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2018 é de 10% a 100%. **7. Títulos e valores mobiliários**

	2018
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	2.190
	2.190

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, com resgate restrito, corresponde nte a uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado. Os recursos estão aplicados em Fundo de Investimento indexado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa de remuneração da aplicação em 2018 é de 98% do CDI. **8. Clientes**

	2018
Receita contratual - Câmara de Comércio de Energia CCEE (i)	2.163
	2.163

(i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, recebido em um prazo médio de 24 dias O saldo em 12/2018 refere-se à receita contratual de energia de reserva do mês 12/2018 no valor de R$ 1.446 e ao saldo da energia PLD - Preço de Liquidação das Diferenças - dos meses de outubro, novembro e dezembro, no montante de R$ 717. Ainda não existe uma definição por parte da CCEE para liquidação deste saldo. A Empresa não registrou Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o montante, tendo em vista que as faturas foram emitidas no mês de dezembro e os vencimentos são no mês subsequente, bem como não há expectativa de perda futura em virtude do histórico de pagamento ou risco de crédito do cliente. **9. Conta de ressarcimento - CCEE**

	2018
Conta de ressarcimento CCEE (i)	3.498
Passivo não circulante	(799)
Passivo circulante	2.699

(i) O saldo dessa conta representa o valor acumulado até a presente data, dos ajustes referentes à diferença entre geração a menor e recebimento do contrato com a CCEE. **10. Partes relacionadas**

	2018
Conta corrente pessoas ligadas (i)	1.035
	1.035

(i) Refere-se à transferência com Angico Energias Renováveis Ltda., empresa do mesmo grupo econômico para quitação do contrato da empresa WEG equipamentos em que ambas são responsáveis.

11. Despesas antecipadas

	2018	2017
Seguros a apropriar	70	467
	70	467

(i) O Seguro refere-se à apólice 100.96.00000083 com cobertura para Riscos Operacionais para todos os equipamentos da Usina que estiver em Operação Comercial. O saldo refere-se às parcelas a apropriar em 2019.

12. Imobilizado

Custo	Taxa	31/12/2017	Adições	Transferências	31/12/2018
Equipamentos de informática		18	–	–	18
Gerador Fotovoltaico		–	–	124.216	124.216
Subestação de energia elétrica		–	–	16.628	16.628
Outras Máquinas e equipamentos		5	–	–	5
Imobilizado em andamento (i)		20.635	120.209	(140.844)	–
		20.658	120.209	–	140.867
Depreciação acumulada					
Equipamentos de informática	20%	(1)	(4)	–	(5)
Gerador Fotovoltaico (ii)	3,08%	–	(956)	–	(956)
Subestação de energia elétrica (iii)	3,08%	–	(128)	–	(128)
Outras Máquinas e equipamentos	10%	–	(1)	–	(1)
		(1)	(1.089)	–	(1.090)
Saldo contábil, líquido		20.657	119.120	–	139.777

(i) Saldo a pagar referente à Construção da Usina. Sua liquidação será realizada quando da liberação da última parcela do financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, bem como da emissão do Certificado de Aceitação do Empreendimento, conforme consta no Contrato de EPC junto a WEG Equipamentos Elétricos S/A. Os recursos provenientes da última parcela de financiamento e a receita mensal com a geração de energia suportam a quitação dos valores em aberto em 31/12/2018, bem como os custos de operação e manutenção da usina.

13. Fornecedores

	2018	2017
Arcadis Logos S.A.	–	88
Travelers Seguros	79	–
Inova Energy Engenharia	32	–
Promina Projetos de Mineração	24	–
Lampatur Viagens e Turismo	37	–
Hugo Evangelista	14	–
Weg Equipamentos Elétricos S/A (i)	43.354	–
Diversos	23	–
	43.563	88

(i) Refere-se a pagamentos efetuados ao fornecedor Weg Equipamentos Elétricos S.A., vinculados às parcelas relacionadas a assinatura do contrato para fornecimento, projeto, instalação e montagem das Usinas (R$ 20.000) e gastos incorridos com consultoria e assessoria técnica e econômico-financeira relacionados à construção do complexo fotovoltaico (R$ 635). (ii) Referem-se aos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados com a taxa de 3,08% de acordo com o prazo de outorga da Aneel que compreende o período de 02/03/2016 a 02/03/2051 a contar do início da operação da usina que ocorreu em setembro de 2018. (iii) Refere-se à subestação de energia elétrica que está sendo depreciada com a taxa de 3,08% de acordo com o prazo de outorga da Aneel que compreende o período de 02/03/2016 a 02/03/2051 a contar do início da operação da usina que ocorreu em setembro de 2018.

14. Obrigações tributárias

	2018	2017
PIS - Programa de Integração Social a recolher	23	–
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social a recolher	105	–
PIS/COFINS/CSLL Retidos na Fonte a Recolher	19	39
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Retido a Recolher	1	–
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a recolher	17	–
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recolher	22	–
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	20	13
ISS - Imposto Sobre Serviços a Recolher	4	–
Instituto Nacional do Seguro Social Retido a Recolher	1	1
	212	53

15. Empréstimos e financiamentos

	2018 Circulante	2018 Não circulante
Financiamento Banco do Nordeste	–	96.411
(–) Financiamento a receber	–	(24.103)
	–	72.308
Juros sobre Financiamento Banco do Nordeste	4.524	53.517
(–) Juros a Apropriar	(4.178)	(53.517)
	346	–
Total financiamento	346	72.308

Em 2018, a Empresa captou junto ao BNB recursos no montante de R$ 96.411 para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros de 5,55% a.a. Até 31/12/2018, a Empresa recebeu a título de liberação por parte da instituição financeira o total de R$ 72.308. O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15/06/2020, com vencimento final em 15/05/2038. Durante o período de carência, fixado em 24 meses, com início em 27/04/2018, e término em 15/05/2020, serão pagos juros em base trimestral. Em 2018, foram pagos R$ 3 a título de juros de carência. Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2018
2020	2.343
2021	4.017
2022	4.017
A partir de 2023	61.931
	72.308

Garantias financeiras: A garantia oferecida para pagamento da dívida é representada por um Contrato firmado como "Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças" no qual são bens vinculados em alienação fiduciária de equipamentos em garantia e cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A garantia contratada é correspondente ao valor total de financiamento contratado junto ao BNB - Banco do Nordeste do Brasil. A Empresa não tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*"), relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, ou a qualquer outro item financeiro como geração de caixa e outros.

Reconciliação da dívida líquida:	2018
Empréstimos de curto prazo	346
Empréstimos de longo prazo	72.308
Total da dívida	72.654
Caixa e equivalentes de caixa	(14.863)
Títulos e valores mobiliários	(2.190)
Dívida líquida	55.601

continua

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br

☆ continuação

	Emprés-timos bancários	Caixa e equiva-lentes	Títulos e valores mobiliários	Dívida líquida
Dívida líquida em 31/12/2017	–	(686)	(686)	(686)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Captação de empréstimos e financiamentos	72.654	–	–	72.654
Pagamento de empréstimos	(3)	–	–	(3)
Pagamento de juros				
Outras	–	(14.177)	(2.190)	(16.367)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Variações monetárias/cambiais	3	–	–	3
Dívida liquida em 31/12/2018	72.654	(14.863)	(2.190)	55.601

16. Patrimônio líquido a) Capital social: Em 31/12/2018, o capital subscrito da Empresa é de R$ 60.010, sendo R$ 45.218 totalmente integralizado e R$ 14.792 a integralizar, divididos em 60.010 quotas com valor nominal de R$ 1 cada uma. A composição do capital da Empresa está composta da seguinte forma, em 31/12/2018:

Composição	Participação (%)
Prisma Hélios Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	58,340275
Prisma Hélios II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	41,659723
Malta Solar Energia SPE Ltda.	0,000002

Durante o exercício de 2018, os quotistas efetuaram aportes de capital no montante de R$ 22.424 conforme quadro abaixo:

Mês	Valor aportado
Janeiro	4.257
Fevereiro	10.369
Março	5.725
Abril	1.420
Maio	653
	22.424

17. Receita líquida	2018
Receita Bruta de vendas	3.388
(–) PIS sobre vendas	(23)
(–) COFINS sobre vendas	(105)
Receita líquida	3.260

18. Custo dos serviços prestados	2018
Depreciação e amortização	1.085
Encargos setoriais - TUSD	396
	1.481

19. Despesas por natureza

Natureza	2018	2017
Despesas administrativas (i)	4.820	650
Arrendamento	66	
Serviços de terceiros (ii)	582	493
Despesas tributárias	96	7
Despesas com pessoal	43	4
	5.607	1.154

(i) Despesas administrativas:	2018	2017
Energia elétrica, água	4	–
Manutenção e limpeza	4	–
Despesas com veículos	7	3
Refeições e lanches	3	–
Materiais de escritório	23	1
Conduções e transportes	2	–
Taxas associação de classe	2	–
Depreciações	4	–
Legais e judiciais	73	–
Multas Contratuais (a)	4.058	–
Comunicação	52	–
Viagens	138	38
Seguros	142	55
Despesas bancarias	37	
Materiais de Informática	16	5
Despesas diversas	255	548
	4.820	650

(ii) Serviços de terceiros:	2018	2017
Honorários advocatícios	229	325
Honorários de contabilidade	93	3
Serviços prestados pessoa física	19	6
Serviços prestados pessoa juridica	241	159
	582	493

20. Resultado financeiro	2018	2017
Juros ativos	4	–
Rendimento com aplicação financeira	186	–
	190	–
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Resultado financeiro, líquido	189	(1)

21. Compromissos: (a) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Empresa como arrendatário: A empresa arrenda uma área rural no município de Malta - Paraíba segundo contrato de arrendamento operacional não cancelável. O prazo do arrendamento é de trinta anos, podendo ser renovado no término pelo mesmo período de arrendamento. O valor do arrendamento é reajustado anualmente à taxa de mercado IPCA. Os pagamentos futuros totais mínimos de arrendamento, segundo o arrendamento operacional não cancelável, são:

	2018	2017
Menos de um ano	193	192
Mais de um ano e menos de cinco anos	770	770
Mais de cinco anos	4.604	4.813
	5.567	5.775

A empresa tem que fornecer uma notificação com antecedência de trinta dias para rescindir esse contrato. As despesas com arrendamento debitadas na demonstração do resultado, durante o exercício, estão divulgadas na Nota 19. **22. Imposto de renda e contribuição social:** A Empresa está enquadrada no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	2018
Receita bruta de vendas (i)	1.123
Presunção imposto de renda - 8%	90
Receitas financeiras	195
Base de cálculo IRPJ	285
Imposto de renda: 15%	42
Adicional do imposto de renda: 10%	14
Total de IRPJ (ii)	56
Presunção contribuição social - 12%	135
Receitas financeiras	195
Base de cálculo CSLL	330
Contribuição social: 9% (iii)	30
Imposto de renda e contribuição social (ii) + (iii)	86

(i) A apuração do imposto de renda e contribuição social é realizada pelo regime de caixa. Desta forma, o valor da receita bruta apresentada difere do total apresentado na Nota Explicativa 18. **Seção D - Políticas contábeis: 23. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **23.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **23.2 Ativos financeiros: 23.2.1 Classificação:** A partir de 1/01/2018, a Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Empresa para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Empresa classifica seus títulos de dívida como a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **23.2.2 *Impairment:*** A partir de 1/01/2018, a Empresa passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **23.2.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **23.2.4 Políticas contábeis adotadas até 31/12/2017:** Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Empresa a partir de 01/01/2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31/12/2017, cujo resumo apresentamos a seguir: **(i) Classificação:** Até 31/12/2017, a Empresa classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos. **(ii) Reconhecimento e mensuração:** A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. **23.3 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes. **23.4 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7/02/2012, estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2/06/2009. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, através da Resolução nº 474 em vigor desde 7/02/2012. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. **23.5 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment,* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment,* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **23.6 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **23.7 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **23.8 Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando (i) a Empresa possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **23.9 Conta de Ressarcimento - CCEE:** A Conta de ressarcimento - CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo: Refere-se a diferença entre a energia entregue pela Usina e a energia contratada (através do Contrato de Comercialização de Energia - CER). Na data de fechamento anual (mês de agosto), a CCEE apura a quantidade de energia entregue pela Usina no ano e diminui da quantidade contratada com a Usina, através do CER. Se a diferença for negativa, ou seja, se a Usina naquele ano entregou uma quantidade de energia menor do que o contratado, no ano imediatamente seguinte ela irá devolver para a CCEE a diferença corrigida conforme Contrato através de desconto nas próximas parcelas mensais da Receita Fixa. **23.10 Capital social:** O capital social da Empresa é composto por quotas. **23.11 Reconhecimento da receita:** A partir de 1/01/2018 a Empresa adotou o CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma trouxe os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Como a Empresa só entrou em operação em 2018, a mesma já iniciou o reconhecimento de receita com base no CPC 47, o que incluiu a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos. A Empresa reconhece a receita quando o "controle" dos serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente. **(a) Fornecimento de energia elétrica:** A Empresa reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **23.12 Imposto de renda e contribuição social:** A Empresa está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R$ 60.000 trimestrais, perfazendo R$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente. **24. Novas normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **(b) CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:** Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 01/01/2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Empresa pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Conforme descrito na Nota 21, a Empresa possui R$ 5.567 de compromissos com arrendamento mercantil operacional em 31/12/2018 e estima-se que cerca de 4% sejam referentes a pagamentos de arrendamentos de curto prazo e baixo valor que serão reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício. A Empresa espera reconhecer este compromisso como ativos de direito de uso em 1°/01/2019 bem como passivos de arrendamento. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. **25. Seguros (não auditado):** As coberturas de seguros em 31/12/2018 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

Ramos	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	132.967
Lucro cessante	26.022
Responsabilidade civil	5.000

A Diretoria

Contadora: Tatiane C. S. da Freiria - CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas: Malta Energias Renováveis Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/18 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Malta Energias Renováveis Ltda. em 31/12/18, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 12/07/19. **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes -** CRC 2SP000160/O-5. **Vinícius Ferreira Britto Rêgo -** Contador - CRC 1BA024501/O-9.

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br